

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC

EDITAL EQT N° 1/2024



**ATUAÇÃO EM AUDITORIA
INDEPENDENTE NAS INSTITUIÇÕES
REGULADAS PELA COMISSÃO DE
VALORES MOBILIÁRIOS (CVM)**

Tarde

Tipo 2 - VERDE

Organizadora:



INSTITUTO
CONSULPLAN

PROVA: ATUAÇÃO EM AUDITORIA INDEPENDENTE NAS INSTITUIÇÕES REGULADAS PELA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM)**QUESTÕES OBJETIVAS****Questão 01**

Um contador, auditor independente devidamente habilitado para o exercício da profissão contábil, situado no Rio Grande do Norte, foi contratado para supervisionar os trabalhos de auditoria contábil com foco na revisão de balanços e de contas em geral de uma empresa sediada no Rio Grande do Sul. Para a execução dos trabalhos, o contador contratou uma equipe formada exclusivamente por estudantes de ciências contábeis e técnicos em contabilidade devidamente registrados no CRC de sua jurisdição. O contador cooperou com a execução dos trabalhos, porém sem supervisionar e revisar, assinando ao final os relatórios de auditoria realizados pelos técnicos em contabilidade e estudantes. À luz da NBC PG 01 – Código de Ética Profissional do Contador, é correto afirmar que a atitude do contador

- A) viola o Código de Ética Profissional do Contador por facilitar o exercício da profissão aos não habilitados ou impedidos, tendo em vista que a revisão de balanços e de contas em geral são atribuições privativas dos contadores diplomados.
- B) viola o Código de Ética Profissional do Contador, somente por zelar pela sua competência exclusiva na orientação técnica dos serviços a seu cargo, uma vez que se absteve de emitir qualquer opinião sobre o trabalho realizado pelos técnicos.
- C) atende ao Código de Ética Profissional do Contador por aplicar as salvaguardas previstas pela profissão, pela legislação, por regulamento sobre a existência de ameaças no exercício da profissão contábil, não contribuindo, assim, para o exercício ilegal.
- D) está em conformidade com o Código de Ética Profissional do Contador, por assinar documentos ou peças contábeis elaboradas por outrem com a sua orientação, supervisão e revisão, tendo vista que a revisão de balanços e de contas em geral são atribuições comuns aos contadores e técnicos em contabilidade registrados no CRC.
- E) está em conformidade com o Código de Ética Profissional do Contador, pois a atividade de escrituração dos livros de contabilidade obrigatórios, bem como de todos os necessários no conjunto da organização contábil e levantamento e revisão dos respectivos balanços e demonstrações são atribuições comuns a todos os profissionais de contabilidade registrados no CRC.

Questão 02

A Norma Brasileira de Contabilidade NBC PG 01 – Código de Ética Profissional do Contador, tem por objetivo fixar a conduta do contador e do técnico em contabilidade, quando no exercício da sua atividade e nos assuntos relacionados à profissão e à classe. À luz da NBC PG 01 – Código de Ética Profissional do Contador, acerca dos deveres, vedações e permissibilidades, analise as afirmativas a seguir.

- I. Recusar sua indicação em trabalho quando reconheça não se achar capacitado para a especialização requerida.
- II. Emitir referência que identifique o cliente ou o empregador, com quebra de sigilo profissional, em publicação em que haja menção a trabalho que tenha realizado ou orientado, salvo quando autorizado por eles.
- III. Renunciar à liberdade profissional, devendo evitar quaisquer restrições ou imposições que possam prejudicar a eficácia e a correção de seu trabalho.
- IV. Renunciar às funções que exerce, logo que se positive falta de confiança por parte do cliente ou empregador e vice-versa, a quem deve notificar por escrito, respeitando os prazos estabelecidos em contrato.

São condutas tipificadas como DEVERES do contador as contidas nas afirmativas

- A) I, II, III e IV.
- B) I e IV, apenas.
- C) I, II e III, apenas.
- D) I, III e IV, apenas.
- E) II, III e IV, apenas.

Questão 03

A NBC PG 01 – Código de Ética Profissional do Contador, estabelece os deveres dos profissionais de contabilidade em relação aos colegas e à classe. Com base em suas disposições, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () O contador deve, em relação aos colegas, abster-se da aceitação de encargo profissional em substituição a colega que dele tenha desistido para preservar a dignidade ou os interesses da profissão ou da classe, desde que permaneçam as mesmas condições que ditaram o referido procedimento.
- () O contador pode, com relação à classe, reter abusivamente livros, papéis ou documentos, inclusive arquivos eletrônicos, comprovadamente confiados à sua guarda, inclusive com a finalidade de forçar o contratante a cumprir suas obrigações contratuais com o profissional da contabilidade, ou pelo não atendimento de notificação do contratante.
- () O contador deve, em relação aos colegas, evitar desentendimentos com o colega que substituir ou com o seu substituto no exercício profissional.
- () O contador deve, com relação à classe, informar aos órgãos competentes sobre irregularidades comprovadamente ocorridas na administração de entidade da classe contábil.
- () O contador pode, em relação aos colegas, publicar ou distribuir, em seu nome, trabalho científico ou técnico do qual não tenha participado, mas que tenha sido realizado por um colega devidamente habilitado ao exercício da profissão contábil.

A sequência está correta em

- A) V, F, V, V, F.
- B) F, V, F, F, V.
- C) V, V, V, V, V.
- D) F, F, F, F, F.
- E) F, V, V, V, V.

Questão 04

Em 21 de novembro de 2019 foi aprovada a NBC PA 400, que dispõe sobre a independência para trabalho de auditoria e revisão. Sobre a norma NBC PA 400 – Independência para Trabalho de Auditoria e Revisão, assinale a afirmativa correta.

- A) A firma deve cumprir com um dos princípios fundamentais, ser independente. A aceitação de presentes e afins de cliente de auditoria não cria, em qualquer hipótese, ameaça de interesse próprio, de familiaridade ou de intimidação.
- B) Os requisitos de independência na Norma NBC PA 400, que se aplicam à firma em rede, aplicam-se a qualquer entidade que atende à definição de firma em rede. No entanto, é necessário que a entidade atenda também à definição de firma.
- C) As responsabilidades da administração envolvem o controle, a liderança e a direção da entidade, mas não incluem a tomada de decisões sobre a aquisição, a alocação e o controle de recursos humanos, financeiros, tecnológicos, físicos e intangíveis.
- D) Os honorários de serviços profissionais são geralmente negociados pelo cliente de auditoria e pagos por ele, e podem criar ameaças à independência. Essa prática é geralmente reconhecida e aceita pelos usuários das demonstrações contábeis.
- E) A independência está vinculada aos princípios da objetividade e da integridade, e compreende apenas a aparência de independência, definida como a postura que permite a apresentação de conclusão que não sofra efeitos de influências que comprometam o julgamento profissional, permitindo que a pessoa atue com integridade, objetividade e ceticismo profissional.

Questão 05

João é responsável por realizar “trabalhos de asseguarção” que incluem auditoria de elementos, contas ou itens específicos das demonstrações contábeis. Para realizar o seu trabalho, ele se fundamenta na NBC PO 900 – Independência para Trabalho de Asseguarção Diferente de Auditoria e Revisão. De acordo com a referida norma, quanto às ações que devem ser tomadas quando a firma identifica violação de disposição de independência para trabalhos de asseguarção diferentes de auditoria e revisão, analise as afirmativas a seguir.

- I. Deverá terminar, suspender ou eliminar o interesse ou a relação que gerou a violação.
- II. Deverá avaliar a importância da violação e do seu impacto na objetividade e na capacidade da firma de emitir relatório de asseguarção.
- III. Deverá determinar que medida pode ser tomada para tratar, de forma satisfatória, as consequências da violação.
- IV. Deverá documentar a natureza da violação e as salvaguardas existentes ou aplicadas.

Com base na NBC PO 900, está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I, apenas.
- C) IV, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) I, II e III, apenas.

Questão 06

No dia 7 de fevereiro de 2019, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC PG 01) sobre o Código de Ética Profissional do Contador. O objetivo da normativa consiste em fixar a conduta do contador, quando no exercício da sua atividade e nos assuntos relacionados à profissão e à classe. Sobre essa norma, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) A publicidade dos serviços contábeis deve ter caráter meramente informativo, ser moderada e discreta.
- B) O contador poderá transferir, parcialmente, a execução dos serviços a seu cargo a outro profissional, mantendo sempre como sua a responsabilidade técnica.
- C) O contador deve estabelecer, por escrito, o valor dos serviços em suas propostas de prestação de serviços profissionais, considerando elementos como, por exemplo, a possibilidade de ficar impedido da realização de outros serviços.
- D) A transgressão de preceito da NBC PG 01 constitui infração ética, sancionada, segundo a gravidade, com a aplicação das seguintes penalidades: advertência reservada, multa e impedimento do exercício da profissão pelo contador.
- E) Um dos deveres do contador consiste em comunicar, desde logo, ao cliente ou ao empregador, em documento reservado, eventual circunstância adversa que possa gerar riscos e ameaças ou influir na decisão daqueles que são usuários dos relatórios e serviços contábeis como um todo.

Questão 07

A Revisão Externa de Qualidade pelos Pares, doravante denominada “revisão pelos pares”, constitui-se em processo de acompanhamento do controle de qualidade dos trabalhos realizados pelos auditores independentes. O objetivo da revisão pelos pares é o de avaliar os procedimentos adotados pelo contador que atua como auditor independente e pela firma de auditoria, com vistas a assegurar a qualidade dos trabalhos de auditoria e asseguarção desenvolvidos. Sobre a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC PA 11, de 8 de dezembro de 2017, analise as afirmativas a seguir.

- I. A NBC PA 11 – Revisão externa de qualidade pelos pares aplica-se, exclusivamente, aos auditores com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e/ou no Cadastro Nacional dos Auditores Independentes de Pessoas Jurídicas (CNAI-PJ).
- II. O Comitê Administrador da Revisão Externa de Qualidade (CRE) deve ser composto por dois representantes do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e dois representantes do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon).
- III. Cabe ao auditor revisor emitir, atualizar e divulgar orientações, instruções, anexos, o questionário base, expedientes, correspondências, ofícios e quaisquer outros documentos necessários à execução dos trabalhos dos revisados, que servem como roteiro mínimo obrigatório para orientação na tarefa de revisão pelos pares.
- IV. Será emitido o relatório de revisão do sistema de qualidade com limitação de escopo ao trabalho do revisor quando o revisor concluir que há deficiências na aplicação de procedimentos de auditoria, que possam comprometer a capacidade de reportar em uma dimensão que não comprometa a qualidade e o resultado do trabalho de auditoria desenvolvido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e os padrões profissionais aplicáveis.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e IV, apenas.
- E) I, II e IV, apenas.

Questão 08

No que se refere ao registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, analise as afirmativas a seguir.

- I. O auditor independente, para exercer atividade no âmbito do mercado de valores mobiliários, está sujeito ao registro na Comissão de Valores Mobiliários. O registro só será concedido a pessoas físicas graduadas em ciências contábeis.
- II. O pedido de registro como auditor independente será examinado pelo Conselho Federal de Contabilidade. Uma vez aprovado, o pedido será posteriormente encaminhado à Comissão de Valores Mobiliários.
- III. Uma vez deferido o pedido de registro como auditor independente, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) expedirá o competente Ato Declaratório e o publicará no Diário Oficial da União. O Ato Declaratório, publicado no Diário Oficial da União, constitui documento comprobatório do registro na CVM, com validade em todo o território nacional.
- IV. Caso o pedido de registro como auditor independente seja indeferido pelo Conselho Federal de Contabilidade, ele cientificará o interessado, por meio de correspondência, com esclarecimento das razões que deram causa ao indeferimento.
- V. Os relatórios de auditoria e os documentos destinados a satisfazer as exigências da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) devem ser emitidos e assinados, com a indicação única da categoria profissional e do número de registro no Conselho Regional de Contabilidade, quando Pessoa Natural.

Tendo por base as disposições contidas na Resolução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021, assinale a alternativa correta.

- A) Apenas a afirmativa I está correta.
- B) Todas as afirmativas estão incorretas.
- C) As afirmativas II e IV são as únicas corretas.
- D) Está correto o que se afirma apenas em III e V.
- E) A afirmativa III está correta. Todas as demais possuem incorreções.

Questão 09

Com base nas disposições da NBC TA 240 (R1), que versa sobre a responsabilidade do auditor em relação a fraudes no contexto da auditoria de demonstrações contábeis, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () A responsabilidade pela detecção de fraudes é sempre do auditor. Por isso, é importante que ele adote medidas efetivas de prevenção que reduzam as oportunidades de ocorrências. Portanto, o auditor deve estar comprometido com a criação de uma cultura de honestidade e de comportamento ético dentro da empresa auditada.
- () Não é permitido ao auditor independente questionar a legitimidade de registros ou de documentos que lhes são apresentados. Caso existam razões que o levem a acreditar o contrário, ele deve, simplesmente, ignorá-los.
- () Em nenhuma hipótese, ao auditor podem ser atribuídas responsabilidades adicionais às estabelecidas na NBC TA 240 (R1) no que tange a não conformidade da entidade com leis e regulamentos, incluindo fraudes.
- () Se, durante a execução dos trabalhos de auditoria, o auditor concluir pela existência de fraude, ele deve levar ao conhecimento da autoridade judiciária, tão logo seja possível, de forma sigilosa e sem o conhecimento da administração da empresa auditada.

A sequência está correta em

- A) F, F, F, F.
- B) F, V, V, F.
- C) V, F, F, V.
- D) V, V, F, F.
- E) V, F, V, V.

Questão 10

Com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade vigentes, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) De acordo com a NBC TA 570/2016 – Continuidade Operacional, não cabe ao auditor revisar a avaliação feita pela administração sobre a capacidade de continuidade operacional da entidade auditada.
- B) A comunicação dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor não substitui a divulgação, nas demonstrações contábeis, de que a estrutura aplicável de relatórios financeiros exige que a administração faça o que for necessário para atingir o objetivo de apresentação adequada.
- C) Evidência de auditoria é a informação usada pelo auditor para chegar às conclusões nas quais se baseia o seu relatório de auditoria. Nesse sentido, entende-se como representações formais, as informações necessárias que o auditor exige relativamente à auditoria das demonstrações contábeis da entidade.
- D) Dentre os objetivos do auditor, conforme NBC TA 580 (R1), está a obtenção de representações formais da administração, e, quando apropriado, dos responsáveis pela governança, de que eles cumpriram com suas responsabilidades pela elaboração das demonstrações contábeis e pela integridade das informações fornecidas ao auditor.
- E) Ao planejar procedimentos adicionais de auditoria a serem realizados, o auditor deve considerar as razões para a avaliação atribuída ao risco de distorção relevante no nível da afirmação, para cada classe de transações, saldo contábil e divulgação significativa, atentando, também, para a obtenção de evidência de auditoria mais persuasiva quanto maior for a avaliação de risco do auditor.

Questão 11

Ciente do contido na NBC TA 540 (R2), que dispõe sobre auditoria de estimativas contábeis, o auditor deve incluir na documentação de auditoria, **EXCETO**:

- A) Todo e qualquer documento que tenha tido acesso ou utilizado nos trabalhos de auditoria, mesmo que eles não tenham sido úteis à sua convicção.
- B) As respostas do auditor para as situações em que a administração não tenha tomado as providências apropriadas para entender e tratar a incerteza da estimativa.
- C) Se houver, os indicadores de possível tendenciosidade da administração que esteja relacionada com as estimativas contábeis e, também, a avaliação do auditor das implicações para a auditoria.
- D) Julgamentos significativos relacionados com a determinação, por parte do auditor, se as estimativas contábeis e as divulgações relacionadas são razoáveis no contexto da estrutura de relatório financeiro aplicável ou se elas apresentam distorções.
- E) A relação entre os procedimentos adicionais de auditoria com os riscos associados de distorção relevante no nível de afirmações, considerando os motivos dados para a avaliação desses riscos, estejam eles relacionados com o risco inerente ou com o risco de controles.

Questão 12

Concernente às disposições da Resolução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021, o auditor independente, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis, pode ter o seu registro, na Comissão de Valores Mobiliários, suspenso ou cancelado na seguinte circunstância:

- A) Condenação judicial transitada em julgado por crime de natureza infamante.
- B) Impedimento para o exercício de cargo público em virtude de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) ou conclusão de processo de sindicância.
- C) Condenação, em segunda instância, por crime ou contravenção de conteúdo econômico, mesmo que seja cabível a interposição de recurso.
- D) Suspeição de que alguns documentos e as declarações apresentados para a obtenção do registro na Comissão de Valores Mobiliários sejam falsos.
- E) Registro profissional suspenso pelo órgão fiscalizador da profissão em virtude de denúncia anônima de irregularidades, a qual se encontra em processo de apuração.

Questão 13

O Comunicado Técnico de Auditoria, CTA 05 – Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre Demonstrações Contábeis de Fundos de Investimento, tem por objetivo orientar os auditores independentes na emissão do seu relatório sobre as demonstrações contábeis de fundos de investimento referentes aos exercícios ou períodos findos em, ou a partir de, 31 de dezembro de 2010. No comunicado, é apresentado um anexo com o modelo de Relatório de Auditoria sobre Demonstrações Contábeis, para os casos em que não há a necessidade de modificação do parecer. Nesse modelo, são apresentados os seguintes elementos, EXCETO:

- A) Opinião dos auditores independente.
- B) Identificação do tipo de fundo de investimento.
- C) Responsabilidade dos auditores independentes.
- D) Descrição detalhada dos procedimentos de auditoria.
- E) Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis.

Questão 14

Normas e comunicados técnicos de auditoria desempenham um papel crucial no estabelecimento e manutenção de padrões elevados de práticas de auditoria. Essas diretrizes fornecem um conjunto de regras, princípios e orientações que orientam os profissionais de auditoria na execução de suas atividades de forma consistente, ética e eficiente. Ao seguir essas normas, os auditores buscam assegurar integridade, confiabilidade e transparência das informações financeiras e operacionais das organizações. De acordo com tal temática, e com base nas disposições do CTA 32 – Auditoria das Demonstrações Contábeis dos Fundos de Investimento, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () O Comunicado Técnico de Auditoria 32 tem por objetivo orientar os auditores independentes no exame das demonstrações contábeis de fundos de investimento quanto aos procedimentos sugeridos a serem aplicados na auditoria de demonstrações contábeis de fundos de investimento.
- () A seleção dos itens a serem testados substantivamente para cada fundo de investimento não poderá ser efetuada em bases amostrais, levando-se em consideração a estratégia do auditor, o resultado das análises e avaliações de risco e, quando aplicável, dos testes de controles internos efetuados.
- () O objetivo do Comunicado Técnico de Auditoria 32 também está relacionado à determinação de procedimentos únicos aceitáveis para auditoria e à identificação da obrigatoriedade de procedimentos a serem realizados pelo auditor independente na auditoria das demonstrações contábeis dos fundos de investimento.
- () Os procedimentos de avaliação de riscos são efetuados tomando-se como base a estrutura do administrador dos fundos e, quando aplicável, analisando-se características específicas do fundo a ser auditado, quando este for individualmente relevante para a tomada de decisão do auditor em relação à avaliação de riscos.
- () Com base nas respostas aos riscos de distorção relevante identificados, o auditor executa procedimentos substantivos de auditoria, que mudam de acordo com cada tipo específico de fundo de investimento.

A sequência está correta em

- A) F, V, F, V, F.
- B) V, V, F, V, F.
- C) F, F, V, F, V.
- D) V, F, F, V, V.
- E) F, V, V, F, F.

Questão 15

O Comunicado Técnico de Auditoria 23 (CTA 23), publicado no Diário Oficial da União, em 22 de maio de 2015, descreve procedimentos a serem observados pelo auditor independente quando for contratado para emitir Carta Conforto em conexão com o processo de oferta de títulos e valores mobiliários. Também são abordados na normativa aspectos relacionados às condições da Carta de Contratação. À luz do referido CTA, são condições mínimas da Carta de Contratação as elencadas a seguir, EXCETO:

- A) Data efetiva da contratação.
- B) Identificação específica das características disponíveis da operação.
- C) Declaração de que os trabalhos a serem realizados pelo auditor independente referem-se somente à oferta identificada na Carta de Contratação.
- D) Definição de que o auditor independente assume responsabilidade pela suficiência dos procedimentos a serem realizados e reportados na Carta-Conforto.
- E) Declaração do emissor autorizando o auditor independente a fornecer informações confidenciais ou não sobre o Emissor ao Coordenador da Oferta e demais participantes da oferta de títulos e valores mobiliários.

Questão 16

A Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 32, de 18 de novembro de 2021, foi elaborada com o propósito de guiar os auditores independentes na adoção dos procedimentos adequados durante a análise das demonstrações contábeis de fundos de investimento. Com base nessa normativa, identifique a alternativa que descreve corretamente os fundos de investimento nos quais uma das principais análises a serem efetuadas é o entendimento do processo das aquisições realizadas para a correta classificação entre “com aquisição substancial de riscos e benefícios” e “sem aquisição substancial de riscos e benefícios”.

- A) Imobiliário.
- B) Participações.
- C) Direitos Creditórios.
- D) Cotas de Fundos de Investimento.
- E) Investimentos Regulados pelo ICVM 555/14.

Questão 17

Sobre o alcance da revisão, considerando o modelo de Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais (ITR) disponibilizado na NBC – CTR 04, de 16 de maio de 2019, é possível afirmar que:

- A) Procedimentos analíticos não são aplicáveis em revisões de informações contábeis.
- B) O alcance da revisão é consideravelmente maior do que o alcance da auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria.
- C) A revisão deve ser conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias.
- D) A revisão de informações intermediárias não pode ser feita por meio de indagações às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis.
- E) O alcance da revisão permite obter segurança de que se tem conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados na auditoria.

Questão 18

A respeito do Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais (ITR), aplicável quando a Companhia faz referência à NBC TG 21 (IAS 34) – Demonstração Intermediária em sua base de elaboração para ambas as Informações Trimestrais (ITR), individuais e consolidadas, analise as afirmativas a seguir.

- I. A administração da Companhia é responsável pela apresentação das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).
- II. A NBC CTA 27 de 2019, que dispõe sobre a emissão do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis de entidades de incorporação imobiliária, complementa a NBC CTR 04 de 2019, pois contém considerações específicas relacionadas às Informações Trimestrais (ITR).
- III. Mesmo que as entidades de incorporação imobiliárias elaborem suas Informações Trimestrais (ITR) em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade, faz-se necessária a modificação da conclusão do auditor no relatório de revisão trimestral dessas entidades, dada a natureza do assunto.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) II, apenas.
- D) III, apenas.
- E) I e II, apenas.

Questão 19

Considerando as disposições da NBC – CTR 04, de 16 de maio de 2019, que versa sobre o Relatório de Revisão sobre as Informações Trimestrais (ITR) elaboradas por entidade de incorporação imobiliária, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as afirmativas falsas.

- () As informações trimestrais, objeto de revisão, não devem incluir as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA).
- () As Informações Trimestrais (ITR) são submetidas ao processo de revisão, única e exclusivamente, para verificação de sua forma e de seu conteúdo.
- () As demonstrações contábeis não podem ser submetidas a procedimentos de revisão em conjunto com a revisão das informações trimestrais.

A sequência está correta em

- A) F, F, F.
- B) V, F, F.
- C) F, V, F.
- D) V, V, F.
- E) V, F, V.

Questão 20

Com base na redação literal da Norma Brasileira de Contabilidade – CTR 04, de 16 de maio de 2019, analise as afirmativas a seguir.

- I. A Norma Brasileira de Contabilidade – CTR 04, de 16/05/2019, versa sobre o Relatório de Revisão sobre as Informações Trimestrais (ITR) a ser elaborado por entidades de incorporação imobiliária.
- II. A entidade a que se refere o Relatório de Revisão sobre as Informações Trimestrais (ITR) deve estar registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- III. Os auditores independentes devem se atentar que o CTR 04, de 16/05/2019, deve ser observado para os trimestres encerrados após 31 de dezembro de 2019.

Assinale a alternativa correta.

- A) Todas as afirmativas estão corretas.
- B) As únicas afirmativas corretas são I e II.
- C) Apenas o que se afirma em I está correto.
- D) Está correto o que se afirma apenas em II.
- E) A afirmativa III está correta e as afirmativas I e II estão incorretas.

Questão 21

Tendo por base as disposições da NBC – CTR 04, de 16 de maio de 2019, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Para que o Relatório de Revisão sobre as Informações Trimestrais (ITR) seja consistente e legalmente aceito, o auditor deve elaborá-lo em estrita observância ao modelo disponibilizado na citada norma, não lhe sendo autorizado quaisquer alterações, exclusões ou inclusões.
- () As orientações para a emissão do relatório do auditor independente sobre demonstrações contábeis de entidades de incorporação imobiliária, publicadas em 2019, fizeram-se necessárias dado o andamento das discussões, no Brasil, sobre o impacto da NBC TG 47 – Receita de Contrato com Cliente nas demonstrações contábeis das entidades de incorporação imobiliária.
- () Quando da elaboração e da emissão de Relatório de Revisão sobre as Informações Trimestrais (ITR), não cabe ao auditor apor qualquer manifestação ou opinião sobre a base utilizada pela entidade quando da elaboração das informações trimestrais objeto de revisão.

A sequência está correta em

- A) F, V, V.
- B) V, F, F.
- C) F, V, F.
- D) V, V, F.
- E) V, F, V.

Questão 22

A NBC TO 3420 (R1) orienta que, antes de concordar em aceitar o trabalho para emitir relatório sobre se as informações financeiras *pro forma* incluídas em prospecto foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, com base nos critérios aplicáveis, o auditor independente deve determinar que os executores do trabalho tenham coletivamente capacidade e competência apropriada. O Código de Ética Profissional do Contador requer que o auditor independente tenha conhecimento e habilidades profissionais apropriadas, inclusive consciência e compreensão dos acontecimentos técnicos, profissionais e de negócios relevantes para prestar serviço profissional competente. Sobre as questões consideradas relevantes no âmbito da capacitação e competência para executar o trabalho, analise as afirmativas a seguir.

- I. Relacionamento íntimo com os gestores da empresa que possibilitam a familiaridade com o processo de elaboração de prospecto, registro de valores mobiliários na bolsa de valores e independência nos trabalhos.
- II. Conhecimento e experiência no setor em que a entidade atua.
- III. Entendimento das leis e regulamentos de valores mobiliários aplicáveis e acontecimentos relacionados.
- IV. Entendimento dos requisitos relevantes de registro nas bolsas de valores e de operações do mercado de capitais, como fusões, aquisições e ofertas de títulos e valores mobiliários.
- V. É irrelevante se os executores do trabalho possuem capacidade e competência técnicas acerca das informações financeiras *pro forma* incluídas em prospecto, pois tais competências se desenvolvem no decorrer da execução dos trabalhos.

São questões consideradas relevantes no âmbito da capacitação e competência para executar o trabalho o que se afirma em

- A) I, II, III, IV e V.
- B) I, II e IV, apenas.
- C) II, III e IV, apenas.
- D) I, II, III e IV, apenas.
- E) II, III, IV e V, apenas.

Questão 23

O auditor independente deve levar em consideração a materialidade quando planejar e executar o seu trabalho, inclusive ao determinar a natureza, a época e a extensão dos procedimentos e, ainda, avaliar se a informação do objeto está livre de distorções relevantes. A determinação de materialidade deve ser documentada com todas as principais premissas suportadas, e somente as informações materiais devem ser apresentadas, visando a um relato conciso e objetivo do processo de geração de valor de uma organização. Sobre os itens a serem observados no processo para determinar a materialidade para fins de elaboração e apresentação do relato integrado, analise as afirmativas a seguir, à luz do CTO 07 – Relatório de asseguarção limitada das informações não financeiras contidas no Relato Integrado (RI).

- I. A identificação de temas relevantes, com base na sua capacidade de afetar a geração de valor.
- II. A avaliação da importância de temas relevantes no tocante a seu efeito conhecido ou potencial sobre a geração de valor.
- III. A priorização de temas com base na sua importância relativa, considerando aspectos qualitativos e quantitativos.
- IV. A determinação de informações a serem divulgadas sobre temas relevantes.
- V. A gestão, o desempenho financeiro e as perspectivas de crescimento que levam à geração de valor financeiro a longo prazo.

O processo para determinar a materialidade para fins de elaboração e apresentação do Relato Integrado envolve o que se afirma em

- A) I, II, III, IV e V.
- B) I, II e IV, apenas.
- C) II, III e IV, apenas.
- D) I, II, III e IV, apenas.
- E) II, III, IV e V, apenas.

Questão 24

A Norma Brasileira de Contabilidade CTO 04 (R1) define que o trabalho de asseguarção é o trabalho no qual o auditor independente tem por objetivo obter evidências apropriadas e suficientes de forma a expressar uma conclusão para aumentar o nível de confiança dos outros usuários, que não seja a parte responsável sobre a informação do objeto, ou seja, compreende o resultado da mensuração ou avaliação de determinado objeto com base nos critérios aplicáveis. Sobre os trabalhos de asseguarção, assinale a afirmativa correta.

- A) Os trabalhos de asseguarção podem ser assim classificados: de asseguarção fidedigna ou de asseguarção material.
- B) O trabalho de asseguarção razoável é o trabalho de asseguarção no qual o auditor independente reduz o risco do trabalho para um nível aceitavelmente baixo nas circunstâncias do trabalho como base para a sua conclusão.
- C) Nos trabalhos de asseguarção material, a conclusão do auditor independente é emitida de forma que o possibilite expressar sua opinião sobre o resultado da mensuração ou avaliação de determinado objeto de acordo com os critérios aplicáveis.
- D) O trabalho de asseguarção fidedigna é o trabalho de asseguarção no qual o auditor independente considera o risco do trabalho como sendo o estabelecido pelos controles internos com a aprovação do conselho fiscal, estando, assim, reduzido a um nível extremamente baixo nas circunstâncias do trabalho, possibilitando uma conclusão positiva.
- E) O objetivo do trabalho de asseguarção razoável é reduzir o risco do trabalho a um nível aceitável nas circunstâncias, porém em um nível maior de risco do que em trabalho de asseguarção limitada, para dar suporte à conclusão do auditor independente na forma negativa, ou seja, o auditor independente conclui que não tem conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações sujeitas à asseguarção razoável.

Questão 25

A Norma Brasileira de Contabilidade NBC TO 3420 (R1) trata dos trabalhos de asseguarção razoável de atestaçãõ executados por auditor independente para emitir relatório sobre a compilação de informações financeiras *pro forma* incluídas em prospecto pela parte responsável. A referida norma define os objetivos do auditor independente como sendo: obter segurança razoável sobre se as informações financeiras *pro forma* foram compiladas, pela parte responsável, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os critérios aplicáveis e emitir relatório de acordo com as suas constatações. Acerca do planejamento e execução do trabalho, analise as afirmativas a seguir.

- I. Ao planejar e executar os trabalhos, o auditor independente deve considerar a materialidade para avaliar se as informações financeiras *pro forma* foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, com base nos critérios aplicáveis.
- II. O auditor independente deve obter entendimento da natureza da entidade, exceto das entidades adquiridas ou alienadas, uma vez que, suas operações, seus ativos e passivos, e a maneira como elas são estruturadas e financiadas não afetam o trabalho a ser realizado.
- III. Ao avaliar se os ajustes *pro forma* são adequados, o auditor independente deve determinar se a parte responsável identificou os ajustes *pro forma* necessários para ilustrar o impacto do evento ou da transação na data ou no período selecionado.
- IV. Se não houver relatório de auditoria ou de revisão sobre a fonte da qual as informações financeiras históricas foram extraídas, o auditor independente deve executar procedimentos para se satisfazer de que a fonte seja apropriada.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e IV, apenas.
- C) I, II e III, apenas.
- D) I, III e IV, apenas.
- E) II, III e IV, apenas.

ATENÇÃO



**NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em NENHUM MEIO.
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.**

QUESTÕES DISSERTATIVAS

ORIENTAÇÕES GERAIS

- Os textos das respostas das questões dissertativas serão avaliados quanto ao domínio do conteúdo dos temas abordados (demonstração de conhecimento aplicado) e da Língua Portuguesa aplicada.
- Para a avaliação serão atribuídos, no máximo, 25 (vinte e cinco) pontos para cada questão.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo nos casos em que o examinando tenha solicitado condição especial e, ainda, ser, obrigatoriamente, transcrita para a Folha de Texto Definitivo. Deverá ser observado o limite máximo de 30 (trinta) linhas.
- As folhas de respostas dos textos definitivos das questões dissertativas não poderão ser assinadas, rubricadas e/ou conter qualquer palavra e/ou marca que as identifiquem em outro local que não seja o estabelecido para isso, sob pena de anulação da resposta elaborada pelo examinando. Elas serão os únicos documentos válidos para a avaliação das questões dissertativas.
- As folhas para rascunho constantes no caderno de provas são de preenchimento facultativo e não serão consideradas para fins de avaliação. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora (nome, apelido, número de registro profissional, UF, dentre outros) na folha destinada à transcrição de texto definitivo acarretará a anulação do texto.

Questão 01

A NBC TA 265 trata da responsabilidade do auditor de comunicar apropriadamente, aos responsáveis pela governança e à administração, as deficiências de controle interno que foram identificadas na auditoria das demonstrações contábeis. O objetivo do auditor é comunicar apropriadamente, aos responsáveis pela governança e à administração, as deficiências de controle interno que o auditor identificou durante a auditoria e que, no seu julgamento profissional, são de importância suficiente para merecer a atenção deles.

Considerando apenas as definições e orientações estabelecidas na NBC TA 265, disserte sobre:

- a) Quando pode existir uma deficiência de controle interno, apresentando dois indicadores de deficiência significativa do controle; a forma como o auditor deve comunicar as deficiências significativas de controle interno identificadas durante a auditoria; e,
- b) O que deve ser incluído pelo auditor na comunicação das deficiências significativas de controle interno, bem como as explicações que devem constar na comunicação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC

16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

Questão 02

O papel do auditor é importante dentro do contexto empresarial e financeiro, pois ele atua na garantia da transparência, integridade e confiabilidade das informações contábeis e financeiras de uma organização. Os auditores são profissionais especializados e independentes, encarregados de examinar e avaliar os registros contábeis, os controles internos e os processos financeiros de uma organização para assegurar que estão em conformidade com os princípios contábeis aplicáveis e as normas regulatórias. A elaboração de relatórios de auditoria requer uma compreensão profunda não apenas dos princípios contábeis, mas também dos procedimentos de auditoria, técnicas de amostragem, avaliação de riscos e interpretação de evidências. Além disso, deve-se levar em consideração as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) e os Comunicados Técnicos (CTA, CTR e CTO).

Considerando a Norma Brasileira de Contabilidade – CTO 07, de 7 de abril de 2022, que dispõe sobre a orientação aos auditores independentes para os trabalhos de asseguarção limitada das informações não financeiras contidas no Relato Integrado (RI), disserte sobre:

- a) Aspectos e responsabilidades apresentados no item 40 da CTO 07, que o auditor deve obter na forma de representações formais da administração da entidade, contendo sua responsabilidade em relação a documentos e informações relacionadas aos objetivos dos trabalhos de asseguarção.
- b) Conforme disposto no item 49 da CTO 07, as afirmações são uma maneira pela qual o auditor pode considerar os potenciais tipos de distorções que podem ocorrer. Nesse sentido, quais são as afirmações para as quais o auditor independente deve efetuar procedimentos de asseguarção? Exemplifique-as.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC

22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO



CFC

INSTRUÇÕES

1. Somente é permitida a utilização de caneta esferográfica em material transparente de tinta azul ou preta de ponta grossa. No ingresso na sala de aplicação de provas, os examinandos deverão recolher todos os equipamentos eletrônicos e/ou materiais não permitidos, inclusive carteira com documentos e valores em dinheiro, em envelope de segurança não reutilizável, fornecido pelo fiscal de aplicação. Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os examinandos nem a utilização de livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo, bem como equipamentos eletrônicos e/ou de comunicação, dentre eles: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, fone de ouvido, *pen drive*, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo ou pulseiras magnéticas e/ou similares, carteiras etc. O Instituto Consulplan não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização das provas nem por danos neles causados. No caso de o examinando, durante a realização das provas, ser surpreendido portando/utilizando quaisquer objetos ou aparelhos eletrônicos citados, será lavrado, no Termo de Ocorrência, o fato ocorrido e o examinando será ELIMINADO, automaticamente, do Exame.
2. Será admitido o uso de máquina calculadora desde que não permita o armazenamento de texto.
3. O tempo de duração da prova objetiva de múltipla escolha é de 4 (quatro) horas e abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (gabarito) e a Folha de Texto Definitivo (questões dissertativas).
4. O Caderno de Provas consta de 25 (vinte e cinco) questões de múltipla escolha e 2 (duas) questões dissertativas. Ao receber o material de realização das provas, o examinando deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde à área de conhecimento pleiteada, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (gabarito) e na Folha de Texto Definitivo (questões dissertativas) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos ou o material esteja incompleto ou, ainda, tenha qualquer imperfeição, o examinando deverá informar tal ocorrência ao fiscal de aplicação, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido.
5. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas (A, B, C, D e E), sendo apenas uma única resposta correta de acordo com o enunciado da questão. Para cada questão haverá, no Cartão de Respostas, cinco campos de marcações (A, B, C, D e E).
6. No dia da aplicação das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes aos seus conteúdos e/ou critérios de avaliação, considerando que é dever do examinando estar ciente das normas contidas em Edital.
7. Não é permitida a anotação de informações relativas às respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio de rascunho.
8. Será permitida a saída definitiva do examinando da sala de prova somente após 2 (duas) horas do seu início, sendo também liberada a entrega do caderno de provas no momento de sua saída. Ao término da prova deverá, obrigatoriamente, entregar ao fiscal de aplicação o Cartão de Respostas (gabarito) e a Folha de Texto Definitivo (questões dissertativas), que serão utilizados para a correção da prova. O examinando que descumprir a regra de entrega de tais documentos será ELIMINADO do Exame.
9. Os 3 (três) últimos examinandos de cada sala só poderão sair juntos, após entregarem ao fiscal de aplicação os documentos que serão utilizados na correção das provas e procederem à assinatura do respectivo termo de registro em ata de aplicação. Caso algum dos examinandos insista em sair do local de aplicação antes de ser autorizado pelo fiscal de aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo examinando e testemunhado por 2 (dois) outros examinandos, pelo fiscal de aplicação da sala e pelo coordenador da unidade de provas, para posterior análise da Comissão de Acompanhamento do Exame.
10. Ao término da prova, o examinando deverá se retirar do recinto de aplicação, não lhe sendo mais permitido o ingresso e a utilização dos sanitários da unidade.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos preliminares das questões objetivas serão divulgados no dia 29 de abril de 2024.
- O examinando poderá apresentar recursos, desde que devidamente fundamentados, de 00h00min do dia 30 de abril de 2024 às 23h59min do dia 02 de maio de 2024. Para recorrer, o examinando deverá encaminhar sua solicitação ao Instituto Consulplan, por meio do campo de Interposição de Recursos, na página referente ao Exame de Qualificação Técnica (EQT), no endereço eletrônico do Instituto Consulplan (www.institutoconsulplan.org.br). Não serão aceitos recursos via postal, via correio eletrônico, via fax, fora do prazo preestabelecido, ou qualquer outro meio que não seja o disposto em Edital.
- Os espelhos das respostas às questões dissertativas (imagem digital) serão disponibilizados na *internet*, no dia 17/06/2024, na página do Instituto Consulplan (www.institutoconsulplan.org.br), no ambiente do examinando.
- Os examinandos poderão solicitar revisão das questões dissertativas do EQT (QTG, Perícia, CVM, BCB, Susep e Previc), das 00h00min do dia 18/06/2024 até às 23h59min do dia 19/06/2024, devendo o pedido ser enviado ao Instituto Consulplan, conforme orientação constante no endereço eletrônico (www.institutoconsulplan.org.br). Não serão aceitos pedidos de revisão via postal, via correio eletrônico, via fax, fora do prazo preestabelecido, ou qualquer outro meio que não seja o disposto em Edital.